



TRIBUNAL DE CONTAS DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Procuradora Elizângela Lima Costa Marinho
Coordenadoria de Licitações



Ofício nº 245/2019-Coordenadoria de Licitações-MPC Manaus, 28 de maio de 2019

Ao Excelentíssimo Senhor

Secretário Marcus Vinícius Oliveira de Almeida

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

Cônego Gonçalves de Azevedo, R. Gabriel Salgado, s/n – Centro

Manaus - AM

CEP: 69005-340

Assunto: **Informação o Termo de Contrato nº 19/2014**

Cumprimento-o cordialmente e, considerando a competência do Tribunal e deste Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e Municípios, bem como, de apreciar e emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelos gestores estaduais e municipais, considerando a grave crise no sistema prisional, bem como, considerando que o prazo de vigência do **Termo de Contrato nº 19/2014, celebrado entre a Seap e a empresa Umanizzare Gestão Prisional e Serviços S.A., expira em 1º de junho de 2019**, além das representações que ora tramitam nesta Corte de Contas e, ainda, o processo de auditoria prisional em parceria com o Tribunal de Contas da União (Processo nº 718/2017-TCE/AM), no qual constam achados de superfaturamento de serviços nos contratos celebrados com a citada empresa, além de outras, requisito que remeta a esta Coordenadoria de Licitações do Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas, **no prazo de 5 dias, informações e justificativas a respeito do termo e, sobretudo, sobre o procedimento a ser adotado para a prestação dos serviços objeto do ajuste que se encontra na iminência de expirar.**

Ademais, requisito que remeta informações e documentos que comprovem o cumprimento dos seguintes itens da **Decisão nº 113/2018, do Egrégio Tribunal Pleno, proferida nos autos do citado Processo nº 718/2017** (Auditoria Operacional coordenada pelo Tribunal de Contas da União, em nível nacional, sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro):

1. Item 10.1.12: Elaboração de cronograma para a retomada da administração, gerência e segurança prisional dos presídios que hoje têm gestão terceirizada;
2. Item 10.1.27: Estabelecer comissão para a fiscalização dos contratos terceirizados de gestão das unidades prisionais;
3. Item 10.1.28: Estabelecer instrumentos de controle;
4. Item 10.1.29: Adotar planilha diária para acompanhamento dos itens do contrato que envolvem quantitativo de pessoal terceirizado, alimentação etc;
5. Item 10.1.30: Fortalecer o Departamento de Controle interno;
6. Item 10.1.31: Emitir trimestralmente relatórios analíticos sobre o desempenho da empresa contratada;

28-MAI-2019 15:01 007055 1/1

DIMP - MPC / AM

15:48 28/05/2019 02:20:01 5555 TCE/AM

21



TRIBUNAL DE CONTAS DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Procuradora Elizângela Lima Costa Marinho
Coordenadoria de Licitações



7. Item 10.1.32: Elaborar normativo determinando os procedimentos para aferição do custo mensal do preso por estabelecimento penal;
8. Item 10.1.33: Estabelecer ferramenta que permita alimentar os dados e consolidar mensalmente o custo do preso por estabelecimento;
- 10.1.34 – Proceda ao envio mensal ao DEPEN de planilha contendo dados referentes ao custo mensal do preso por estabelecimento;
9. Item 10.1.35: Proceda à instauração de procedimentos administrativos para verificar a ocorrência de algum dos motivos que levariam à rescisão dos contratos firmados com as empresas que administram as unidades prisionais, com a aplicação das sanções prevista na Lei de Licitações, se for o caso;

Destaca-se que esta requisição preliminar tem fundamento no art. 93 c/c o art. 88, parágrafo único, alínea a, da CE/89 e nos arts. 116, parágrafo único da Lei Orgânica do TCE-AM, 55 da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, Portaria nº 14/2018 e Portaria nº 02/2019, cujo não atendimento ou resposta insatisfatória acarretará representação a esta Corte de Contas.

Atenciosamente,

ELIZÂNGELA LIMA COSTA MARINHO
Procuradora de Contas